

Despacho Judicial

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude

Lisboa, 12 de fevereiro de 2026

Vistos etc.

1. **Recurso de Apelação** interposto pelos réus **Associação Casa da Juventude, Lda.**, pessoa coletiva número de identificação fiscal **509876543**, e **Carlos Mendes**, cidadão português, número de identificação fiscal **123456789**, ambos representados pelos seus mandatários **Dr. Luís Costa** (OAB 12345) e **Dra. Sofia Almeida** (OAB 67890), contra a sentença proferida nos autos da ação civil e penal referida, datada de **30 de novembro de 2025**, que julgou procedentes os pedidos de tutela de urgência, produção de prova pericial, condenação em indemnização por danos morais e patrimoniais e determinação de abertura de investigação criminal.
2. Cumpridos os requisitos formais previstos no **artigo 581.º do Código de Processo Civil** (citação, pagamento da taxa de recurso e indicação dos fundamentos de recurso), verifica-se que o recurso preenche os requisitos de admissibilidade, não havendo nulidades que o possam impedir de ser conhecido.
3. Nos termos do **artigo 585.º, n.º 1, alínea b) do CPC**, a parte recorrente não suscitou, no seu recurso, questões de fato que exijam nova instrução probatória, limitando-se a impugnar a apreciação jurídica da sentença de primeira instância.
4. Considerando a relevância dos factos em causa, a necessidade de garantir a celeridade processual e a proteção dos direitos do menor **João Silva**, bem como a disponibilidade das partes e do tribunal, fixo a data para a **julgamento do recurso** em segunda instância.

Dispositivo

1. **Admissibilidade** – Declaro **admissível** o recurso de apelação interposto pelos réus **Associação Casa da Juventude, Lda.** e **Carlos Mendes**.
2. **Data da sessão de julgamento** – Designo a sessão de julgamento para o dia **15 de março de 2026**, pelas **10h00**, a realizar-se na **Sala de Julgamento da 2.ª Turma Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa**, com a presença do **Juiz relator**, Dr. **António Ribeiro**, e dos juizes conselheiros que compõem a referida turma.
3. **Intimação das partes** – Notifiquem-se as partes e os seus mandatários, bem como o Ministério Público, para comparecerem à sessão designada, nos termos do **artigo 590.º do CPC**.
4. **Prazo para apresentação de observações** – Concedo às partes o prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação deste despacho, para apresentarem, por escrito, as suas **observações finais** ao recurso, devendo ser apresentadas nos autos eletrónicos do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.
5. **Produção de prova adicional** – Não se admite, neste momento, a produção de prova nova, salvo se, de forma justificada, for requerida pelas partes e admitida pelo Juiz relator nos termos do **artigo 587.º do CPC**.
6. **Custas** – As custas processuais referentes ao recurso de apelação ficam a cargo dos réus, nos termos do disposto no **artigo 610.º do CPC**, devendo ser efetuado o pagamento até **30 de março de 2026**.
7. **Comunicação** – Publique-se o presente despacho no portal eletrónico do tribunal e proceda-se à sua juntada ao processo.

Notifique o Ministério Público

Fica o Ministério Público, representado pelo **Procurador da República**, ciente da presente decisão, para que, caso o entenda necessário, apresente as suas considerações no prazo legal.

Lisboa, 12 de fevereiro de 2026

Dr. António Ribeiro

Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

Prazo	Destinatário	Objeto
10 dias úteis (a contar da notificação)	Partes e mandatários	Observações finais ao recurso
Até 30 de março de 2026	Réus (Associação Casa da Juventude, Lda. e Carlos Mendes)	Pagamento das custas de recurso
15 de março de 2026 (10h00)	Todas as partes, Ministério Público, Juízes	Sessão de julgamento do recurso